



Coordenadoria do Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem
Diversidade e Inclusão Educacional
Educação para Pessoas Privadas de Liberdade - EPPL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm, acesso em 22/02/2013.

Conselho Nacional de Justiça. Estabelecimentos Prisionais. Cadastro Nacional de inspeções nos Estabelecimentos Prisionais. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/geo-cnjpresidios/?w=1366&h=768&pular=false>, acesso em 02/07/2014.

_____. Recomendação nº 44, de 26 de Novembro de 2013. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Disponível em: http://www.cnj.jus.br//images/atos_normativos/recomendacao/recomendacao_44_26112013_27112013160533.pdf, acesso em 12/7/2014.

Constituição do Estado do Ceará, 21 de dezembro de 1995 (Capítulo II da Educação, art. 215 a 218). Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/simbolos-oficiais/constituicao-do-estado-do-ceara>

Decreto nº 7.626/2011, de 24 de novembro de 2011, DOU de 25.11.2011, que Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/.../Decreto/D7626.htm

Lei nº 7.210/84, de 11 de julho de 1984, DOU de 13.07.1984, que institui a Lei de Execução Penal (LEP), art. 17 a 21. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm.

Lei nº 8.069/84, de 13 de julho de 1990, DOU de 16.07.1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.069-1990?OpenDocument

Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, DOU de 23.12.1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (art. 37 e 38). Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Lei nº 12.433/11, de 29 de junho de 2011, DOU de 30.6.2011, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm

_____. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm, acesso em 15/06/2014.

Lei nº 15.718/2014, de 26 de dezembro de 2014, DOE de 06.01.2015, que institui o Projeto de Remição pela leitura no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Ceará. Disponível em:

<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20150106/do20150106p01.pdf#page=1>

Ministério da Educação. Resolução nº 02, de 19 de maio de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.

Ministério da Justiça. Resolução nº 03, de 11 de março de 2009. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. Conselho Nacional de Política criminal e Penitenciária.

Portaria nº 029/2015. DOE de 19.01.2015 que regulamenta no âmbito dos estabelecimentos penais do Estado do Ceará a possibilidade de remição de pena pela leitura aos custodiados alfabetizados em regime fechado e semiaberto, instituída pela Lei Estadual nº 15.718, 26 de dezembro de 2014.

Resolução CNE/CEB nº 2/2010, de 19 de maio de 2010, DOU de 20.05.2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992

Resolução CNE/CEB nº 3/2016 de 13 de maio de 2016, DOU de 16.05.2016, que Define as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192

Súmula nº 341, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que proclama: A frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena sob regime fechado e semiaberto.”

Unesco. 2010a. Brasil lança projeto de leitura nas prisões. Representação da UNESCO no Brasil, 5 de novembro de 2010. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/aboutthis-office/single-view/news/brazil_launches_a_reading_project_in_prisons/#.U8FvpfldXVY, acesso em 05/07/2014.

Unesco. 2010b. “Leitura nas Prisões” beneficia Sistema Penitenciário Nacional. Representação da UNESCO no Brasil, 5 de novembro de 2010. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/singleview/news/reading_project_benefits_national_penitentiary_system-1/#.U8FvofldXVY, acesso em 05/07/2014.